

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
CURSO TÉCNICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SAÚDE AMBIENTAL

Marcela Bazilio da Silva

**PEREIRA PASSOS E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E SANITÁRIAS NO RIO
DE JANEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Rio de Janeiro

2007

Marcela Bazilio da Silva

PEREIRA PASSOS E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E SANITÁRIAS NO RIO DE
JANEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Trabalho acadêmico apresentado ao Curso Técnico de Vigilância Sanitária da FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do grau de Técnico em Vigilância Sanitária.

Orientador: Paulo Peiter

Rio de Janeiro

2007

Marcela Bazilio da Silva

PEREIRA PASSOS E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E SANITÁRIAS NO RIO DE
JANEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Trabalho acadêmico apresentado ao Curso Técnico de Vigilância Sanitária da FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do grau de Técnico em Vigilância Sanitária.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

(Professor Convidado)

(Professor Convidado)

(Professor Convidado)

*A minha família,
Mãe, Pai e Irmã, obrigada pelo carinho e compreensão.
Ao professor Paulo Peiter pela atenção e auxílio.
À Coordenação do Curso de Vigilância Sanitária.*

“Desde que os portugueses fundaram, em janeiro de 1565, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, as autoridades mandaram secar os pântanos, arrasar e escavar os morros, canalizar os cursos de água. Perfuraram-se túneis, retificaram-se costas, redesenharam praias, e o mar teve de recuar diante das atividades humanas”.

(ARMELLE, 2002)

RESUMO

Na transição do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, crescia rápida e desordenadamente, por receber um elevado contingente populacional. Na cidade multiplicavam-se as habitações coletivas, epidemias violentas de febre-amarela, varíola e cólera, o que a caracterizou internacionalmente por seu “porto sujo” e como lugar onde os estrangeiros morriam. Para equilibrar aquele “organismo doente” propuseram-se intervenções, como o Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, do então Prefeito Pereira Passos, que se pretende estudar nesta pesquisa. Esta Reforma Urbana sustentou-se em três pontos básicos: Abertura de Ruas – Embelezamento – Saneamento, de modo a considerar a modernização da cidade e melhoramento do Porto. E promoveu intensa valorização do solo urbano central apoiada nos moldes de civilização e requinte Europeu; modificou a cidade em aspectos urbanísticos, mas também os hábitos e costumes “coloniais” foram extintos forçadamente por não representar, a Cidade Maravilhosa que surgira depois do “Bota-Abaixo” de Pereira Passos.

Palavras-chave: Pereira Passos, “Bota-Abaixo”, Revolta da Vacina, Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL, URBANO DA REFORMA PASSOS.....	8
3 AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DA REFORMA PEREIRA PASSOS E SUAS CONSEQÜÊNCIAS.....	16
3.1 SALUBRIDADE E REVOLTA.....	25
3.2 OUTRAS OBRAS.....	26
4 O RIO DE JANEIRO EM TRÊS MOMENTOS.....	28
5 CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Mesmo antes das primeiras sociedades agrícolas o homem passou a intervir sobre o espaço natural, organizando-o para a produção. Esta organização permitiu a geração de excedentes e uma maior especialização das funções produtivas, além da sua sedentarização, que culminou com a criação das primeiras cidades. Todo este processo representou uma crescente intervenção no espaço natural, transformado em espaço geográfico; assim a história humana é também a história da transformação do espaço, em espaço socialmente organizado, que comporta as marcas da civilização. Ao longo desta história as cidades se transformaram, e ainda continuam se transformando, para poder persistir. Estas transformações ocorreram como fruto de ações individuais e coletivas, de maior ou menor vulto. Fato é que a cada ação/intervenção o espaço resultante não é mais o mesmo.

Neste sentido, este estudo tem o objetivo de conhecer e analisar uma grande intervenção que foi realizada sobre o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, a Reforma Pereira Passos, que teve um grande impacto no desenvolvimento desta cidade, e mesmo, pode-se dizer que transformou a forma de se viver nesta cidade.

O presente estudo foi realizado por meio de análise bibliográfica, livros, revistas, artigos disponíveis na Internet, artigos científicos. Bem como análise e comparação de imagens, a partir de uma pesquisa iconográfica.

São objetivos específicos da pesquisa: considerar os efeitos sanitários e sociais da reforma; relacionar a configuração atual da cidade do Rio de Janeiro, com as ações de Pereira Passos; e discutir as modificações nos hábitos e costumes populares. A partir de uma análise bibliográfica e iconográfica.

O texto está estruturado em três capítulos; onde no primeiro aborda o momento histórico que se inseriu a Reforma Pereira Passos, de modo a considerar aspectos sócio-econômicos, sanitários e urbanos. As principais mudanças promovidas pela reforma urbana e suas conseqüências serão relatadas no segundo capítulo. E o terceiro mostrará uma análise de imagens de alguns pontos do antigo centro do Rio de Janeiro que foram reconstruídos no Período Passos. E por fim a conclusão que sintetizará os resultados da pesquisa.

2 CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E URBANO DA REFORMA PEREIRA PASSOS

No início do século XIX e final do XX o Rio de Janeiro, bem como o cenário mundial sofreram transformações. No mundo estabelecia-se a segunda Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em meados do século XIX, que transformou as relações entre as antigas metrópoles e colônias. O comércio crescia impulsionado pelo desenvolvimento do Capitalismo, consolidado em alguns países. Assim as nações, que eram ex-colônias deveriam se adequar às exigências externas, através da organização social segundo os parâmetros da burguesia moderna (LOPES, 1998, p17).

Neste período de adaptação foram necessárias mudanças, no Brasil, substituiu-se a escravidão pela mão de obra livre e assalariada, possibilitando a criação de um amplo mercado consumidor, elemento fundamental no Modo de Produção Capitalista. A Abolição da Escravatura, em 1888, juntamente com as correntes migratórias de estrangeiros, incentivados pelo capital inglês contribuíram para formação desta camada da população livre e assalariada. Estes imigrantes saíam da sua terra natal, principalmente Itália e Espanha, ainda no final do século XIX e viriam reforçar a mão de obra nesta nova etapa da economia brasileira. Houve também a migração interna, que também se direcionava para o Rio de Janeiro; era formada por ex-escravos agora libertos que foram expulsos do campo pela decadência da monocultura do café no Vale do Paraíba, por causa da crise em fins da década de 1860.

Apesar da saída da mão-de-obra escrava, a economia cafeeira não regrediu por três fatores: introdução da estrada de ferro e da máquina de beneficiamento do café que poupou mão-de- obra obteve melhores produtos a preços mais baixos, outro fator seria a condição excepcional de relevo plano e solo fértil, a terra roxa, no Planalto Paulista por onde avançou a marcha cafeeira (MONBEIG, 1952. apud. BECKER, B.; BECKER, C. 2006, p. 62-3)

O café ocupou um território quase despovoado, estimulou o crescimento da cidade de São Paulo e do porto de Santos, que passou a concorrer com o Rio de Janeiro. Ainda em meados do século XIX o café tornou-se um grande artigo de exportação, brasileiro, e os EUA absorviam mais de 50% das exportações (BECKER, B.; BECKER, C. 2006, p. 63). Por isso com a expansão da monocultura de café, a lavoura passou a exigir mão-de-obra, para suportar o boom da agroexportação do produto e para atuar nas novas áreas. Nesse cenário é que se encaixa a vinda dos colonos, para suprir a escassez. Após esse período, nas palavras de Bertha e Cláudio Becker (2006): *“Depois do boom do café, na década de 1870, e para enfrentar a*

concorrência dos Estados Unidos e da Argentina na atração de imigrantes europeus, após 1881 o governo de São Paulo e depois a União passaram a subsidiar a imigração”

Essa dinâmica de migrações aumentou a população no Rio de Janeiro, tanto que de acordo com Lopes (1998) em 1856 a cidade tinha 151.776 habitantes e num período de cinquenta anos esse quantitativo se tornou cinco vezes maior, assim em 1900 já eram 691.565 habitantes e em 1906 a capital do Brasil contava com uma população de 811.844 pessoas. Contribuindo para o inchamento das cidades do Sudeste, região mais dinâmica

Nesta época a cidade não estava preparada estruturalmente para receber esta população, pois até meados do século XIX a cidade era colonial (e continuava sendo em alguns aspectos) movida pelo trabalho escravo, calcada em atividades agroexportadoras e se organizava em torno do porto. A mão-de-obra disponível crescia, e as relações assalariadas recém-estabelecidas não eram capazes de absorver e utilizar toda esta mão de obra.

Mesmo com a falta de estrutura urbana o Rio de Janeiro era um pólo atrator, ainda que não conseguisse absorver toda mão-de-obra que atraía, na cidade não se gerava tantos postos de emprego, ainda existiam muitas relações de trabalho escravo.

Lopes (1998) aborda aspectos relativos à cidade do Rio de Janeiro no século XIX, que se caracterizava pela insalubridade, doenças tropicais, epidemias tornavam-se freqüentes no cenário urbano. Essas doenças ganhavam proporção maior pela superpopulação da cidade e a deterioração da qualidade de vida do Rio de Janeiro. Mesmo sendo a cidade capital, o Rio de Janeiro ainda possuía aspectos coloniais que influenciavam negativamente sua imagem no panorama mundial, o que interferia suas relações econômicas. Sua topografia dificultava a ocupação e expansão da cidade. Que se desenvolveu limitadamente na planície rodeada por morros, próxima ao porto e ocupou também as elevações circundantes como estratégia de defesa do território. Estes terrenos alagadiços e insalubres não contribuíam para o crescimento territorial da cidade, como afirma Dantas (2007). Costa (1984) afirma que a organização dos serviços de saúde era extremamente precária e a prática sanitária baseava-se em conhecimentos científicos tradicionais de origem européia, na teoria dos miasmas; muito difundida no século XIX onde acreditava-se que a causa das doenças tropicais seriam emanadas do solo, como vapores nocivos a saúde.

“O Rio de Janeiro, que até meados do século XIX fora uma cidade de cunho colonial organizada em torno do seu porto que supria as necessidades de uma economia agroexportadora, onde o braço escravo movimentava todas as engrenagens do cenário econômico- social, esta estruturalmente desesperada para fazer frente, de imediato, ao maciço aumento populacional, uma vez que, embrionárias as relações de produção assalariadas, não eram ainda capazes de absorver e utilizar de forma

racional, ao menos parte considerável da mão de obra disponível que crescia, dia a dia, com o desembarque de novos imigrantes. Em fins do século, a capital da República, pressionada pela densidade populacional e sem respostas previamente articuladas, às exigências econômicas, viu-se envolvida por um conjunto de complexos problemas cujo equacionamento, como cremos, pressupunha uma total transformação de sua estrutura morfológica e incrementação de radicais medidas sanitárias.” (LOPES, 1998, p19)

Estruturalmente, no final do século XIX a cidade se caracterizava por ruas estreitas, construções desordenadas e aglomeradas, precariedade ou até completa ausência de saneamento básico, calçamento irregular, fraca iluminação, práticas de comércio anti-higiênicas, criação de animais nas ruas; venda e abate de aves em via pública bem como a livre circulação de animais sujando-as com seus dejetos.(PINHO et. al, 2007, p.7)

A área central se mostrava contraditória, pois, ao mesmo tempo era extremamente valorizada e considerada área marginal. Em meio a todas essas modificações de regime de trabalho e inserção de um novo sistema político econômico era necessário adotar medidas eficazes para embelezamento, saneamento e modernização da cidade que crescia rápida e desordenadamente.

Precisava-se de medidas que realmente modificassem velhos hábitos, “limpasse” e saneasse a cidade colonial além de disseminar ideais de cultura e civilidade, e construísse uma cidade burguesa, de acordo com os ideais da elite, que aos modos europeus surgisse uma Cidade Maravilhosa, vitrine para o país. Tais problemas sociais foram acentuados pelo crescimento rápido e desordenado da cidade, o aumento da pobreza agravando a crise habitacional, que perdurava desde meados do século XIX O que favorecia o discurso dos higienistas sobre as condições de vida na cidade, e a instauração de mudanças que proporcionassem o equilíbrio daquele “organismo doente”. Acreditava-se que intervenções no espaço urbano combateriam as doenças tropicais, que prejudicavam a imagem da cidade e as relações econômicas com outros países, pela fama negativa de seu porto e da capital como um todo.

“Para combater as doenças pestilentas, a medicina preocupou –se em aterrar águas estagnadas, limpar ruas e casas, construir canteiros, purificar o ar. Igualmente no século XIX desenvolveu uma medicina voltada para o espaço urbano e preocupada com a boa circulação de ar e da água que não se tornassem perigosas e nefastas à saúde.” (COSTA, 1984, p 12)

No século XIX também formou-se a classe média urbana, por trabalhadores manuais, pequenos industriais e não proprietários dos meios de produção; como exemplo: empregados de escritório, burocratas, militares, profissionais liberais, dentre outros. Mas o planejamento

industrial só aconteceu depois de 1930. Na primeira metade do século XX a economia do Brasil se baseou no complexo agroexportador cafeeiro; que permitiu o estabelecimento das indústrias no território por causa das relações de trabalho assalariado nas áreas urbanas; dos lucros excedentes da burguesia cafeeira; ação do Estado como grande financiador; disponibilidade de mão-de-obra, composta de ex-escravos; capacidade de importar meios de produção, alimentos e bens de consumo para reprodução da força de trabalho. Primeiramente se fixaram em território nacional as indústrias de bens não- duráveis, como a de alimentos e as têxteis (BECKER, B.; BECKER, C. 2006).

De acordo com Pinheiro e Fialho Júnior (2006), a primeira eleição direta republicana resultou o governo de Prudente de Moraes (1894 – 1898), que enfrentou depressão econômica proveniente do Encilhamento, de 1888 a 1891, que configurou uma grave crise econômico financeira ocorrida no Brasil. Para estimular o crescimento econômico o Ministro da Fazenda Rui Barbosa permitiu que certos bancos emitissem títulos de crédito não cobertos por depósitos em dinheiro. Isso provocou uma enorme inflação. Muitas empresas faliram, a Bolsa de Valores quebrou e milhares de pequenos investidores perderam tudo.

Já o governo Campo Salles (1898 – 1902) buscou sanear política economicamente o país. No governo Rodrigues Alves (1902 – 1906), a República respirou aliviada. Convidado então pelo Ministro da Justiça J.J. Seabra, Pereira Passos exigiu poderes discricionários para assumir o cargo de Prefeito do Distrito Federal. Assim, foi aprovada em 29 de dezembro de 1902 a lei especial que adia as eleições do Conselho Municipal (poder legislativo) e estabelecia plenitude de poderes ao Prefeito, que não poderia criar nem elevar os impostos; foram concedidas condições importantes para a realização do plano de reforma da cidade, elaborado em 1875. Como afirma Abreu (1998) o Prefeito Pereira Passos num curto período de quatro anos, comandou a maior transformação já verificada no espaço urbano carioca até então.

Vertigem e aceleração do tempo. Esta seria, sem dúvida, a sensação mais forte experimentada pelos homens e mulheres que viviam ou circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. Ainda que de forma menos contundente, o mesmo sentimento estaria presente nas principais cidades brasileiras, que, tal como a cidade-capital, cresciam como nunca, tornavam complexas suas funções e recebiam levas de imigrantes europeus que atravessavam o Atlântico em busca do sonho de se fazer América. Tudo parecia mudar em ritmo alucinante. A política e a vida cotidiana; as idéias e as práticas sociais; a vida dentro das casas e o que se via nas ruas. Como nas subidas, descidas, voltas e reviravoltas de uma montanha-russa. (Sevcenko, 2001.)

Neste contexto que, em 30 de dezembro de 1902, o engenheiro Francisco Pereira Passos assume a prefeitura da Capital Federal, nomeado pelo Presidente da República Rodrigues Alves. Com a missão de modernizar, embelezar e sanear a cidade, para romper com o passado, atrair mão-de-obra, capital estrangeiro, possibilitar o desenvolvimento econômico e o comércio internacional; fazendo da capital do país, apelidada pela imprensa carioca de “capital fedorenta”, uma cidade semelhante às européias.

A Reforma Urbana fundamentada na modernização, no saneamento e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro. Apoiada nas idéias de civilização e beleza, regeneração física e moral. A reforma foi tratada como questão nacional (PINHEIRO; FIALHO JÚNIOR, 2006). Foi possível restaurar o equilíbrio da cidade e promover um ambicioso programa de renovação urbana da capital, este tipo de reforma urbana já havia acontecido em outras capitais como em Paris comandada pelo Barão Haussmann gestor da cidade burguesa e grandiosa que surgiu entre 1853 e 1970. Anos mais tarde Pereira Passos se baseou nesta reforma, para reestruturar a cidade, influenciando na Reforma Urbana no Rio de Janeiro, a partir de 1903. O primeiro plano urbanístico para o Rio de Janeiro foi elaborado entre duas epidemias muito violentas (1873 e 1876) pela Comissão de Melhoramentos da qual o então Prefeito participara. A execução deste Plano, que acabou por promover entre 1903 e 1906, o ambicioso programa de renovação urbana na capital, foi possível devido a estabilidade político-econômica, que se alcançou no governo Campos Sales (1898 – 1902) presidente que antecedeu Rodrigues Alves. Nas palavras do então Prefeito:

“Comecei por impedir a venda, pelas ruas, de vísceras de reses expostas em tabuleiros, cercadas pelo vôo contínuo de insetos, o que constituía um espetáculo repugnante. Aboli, igualmente, a prática rústica de se ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com seus dejetos, cenas estas que, ninguém, certamente achará dignas de uma cidade civilizada...Mandei proceder à apanha de milhares de cães, que vagavam pela cidade, dando-lhes o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente, e isso com grave prejuízo da segurança e da moral públicas” (Francisco Pereira Passos, 1902)

Então para cumprir exigências econômicas, foi necessário transformar, pois a cidade era marcada por diferenciados problemas que se relacionavam e ressaltavam a necessidade da construção de uma nova urbe. Problemas tais como: os imigrantes que se instalavam em cortiços, trapiches em áreas periféricas e até no centro, que nessa nova conjuntura era uma área valorizada; as ruas estreitas, que refletiam as necessidades coloniais não correspondiam ao desenvolvimento da atividade mercantil, dificultavam o escoamento da produção; a ocupação desordenada da população menos favorecida, “plebe indesejável” com casas

humildes no espaço central contrariavam os padrões ideológicos da elite, segundo Benchimol (1990) feiúra e insalubridade eram duas faces da cidade, guardando esta última característica estreita relação com o meio ambiente, sobretudo os pântanos. A alta densidade demográfica juntamente com a insalubridade das habitações e deficiência ou até ausência de saneamento público foram fatores determinantes para que epidemias de varíola, febre amarela, cólera assolassem a região. Essas epidemias foram responsáveis pela péssima imagem do Rio de Janeiro no exterior, que era considerada cidade de porto sujo, lugar mais insalubre dos trópicos; alguns navios mercantes deixaram de desembarcar na cidade preocupados pelo possível contágio de seus tripulantes.

As características da cidade não condiziam com sua importância e influência na época. Problemas como: de umidade do solo, do ar atmosférico e das casas, por conta da natureza e da pouca elevação do solo em relação ao nível do mar; da falta de ventilação em vários pontos e da má escolha dos materiais empregados na construção nas habitações; ruas estreitas, tortuosas e mal orientadas, acarretam dificuldades adicionais para aeração e renovação do ar, bem como as colinas que dominavam a cidade.

Estes fatores conjuntamente contribuiriam para que o Rio de Janeiro estivesse predisposto a todas as moléstias, cuja origem estaria em grande parte, na umidade e na oscilação do nível do mar. A umidade no solo, do ar e das casas seria responsável pelas doenças como bronquites, reumatismos, nevralgias, gastrites crônicas e enfraquecimento em geral, além das infecções causadas por germes de moléstias graves que se desenvolvem por despreendimento de miasmas e emanações palustres ativadas pelas variações de umidade e seca do solo, esta era a teoria que se acreditava na época (RIO ESTUDOS, nº249, p.4).

Segundo o próprio Prefeito Pereira Passos, “as ruas estreitas sobrecarregadas de um tráfego intenso, sem ventilação suficiente, sem árvores purificadoras e ladeadas por prédios antihigiênicos” dariam lugar “a vias de comunicação duplas e arejadas”. De acordo com a Revista Manguinhos (2005) este “Bota- Abaixo” tinha o propósito de criar uma cidade mais saudável mas fundamentava-se em um discurso já caduco. Nesta mesma edição da revista, quanto aos ideais de salubridade da reforma urbana, o historiador Jaime Benchimol afirma:

“ o controle da peste, da febre amarela e da varíola não requeria esse tipo de intervenção. O Próprio Cruz vai combater a febre amarela em Belém sem mexer na estrutura física da cidade. As obras, pelo contrário, poderiam até piorar a situação, criando ambientes propícios a proliferação de animais transmissores de doenças. Mas isso não significa que Cruz era contra afastar as camadas mais populares do centro do Rio para transformá-lo em uma Paris das Américas”

Para concretizar as reformas na cidade foi necessário um empréstimo concedido pela Prefeitura, autorizado pela Lei Federal nº 1.101, de 19 de novembro de 1903; a realização das obras no porto foram possíveis a partir de empréstimos levantados na Inglaterra e parte do capital inglês também se direcionou para a abertura da grande Avenida Central (DEL BRENNNA, 1985). Seus críticos argumentavam de acordo como afirma Sevcenko (2001), que as obras trariam benefícios para alguns mas seus custos seriam repartidos por muitos. O fato foi noticiado e criticado por muitos jornais na época, e Carlos de Laet ,escritor e político, declarou em 1904:

“O mundo vae assim mesmo... falta de agua e de saude, mas theatro supimpa; 35.000 contos de desapropriações, só para uma rua [...] e uma divida assustadora de 159 milhões esterlinos! [...] Guarda cuidados todos esses retalhos, meu bom amigo: é com elles que se tem de fazer história.”



Fig 1.1: O empréstimo equivalente a 4 milhões de libras, obtidos pelo Prefeito Pereira Passos, financiou a maior parte das transformações do Rio de Janeiro. Fonte: A Avenida, 05/12/1903 e O Malho, 13/08/1904, respectivamente. In: DEL BRENNNA (1985).

Os investimentos de capital realizados no período Passos, deixaram de promover uma homogeneização do espaço, pelo contrário redefiniram os padrões de diferenciação espacial, alterando também aspectos relativos a divisão do trabalho, taxa de lucros e níveis de consumo. A homogeneização completa do espaço não condiz com a dinâmica capitalista, sua dinâmica contraditória suscita diferentes territórios entre eles novos e velhos, desiguais em termos naturais e sociais (CORRÊA, 1989).

A reforma desencadeou uma revolução nos hábitos e costumes populares, considerados coloniais, como complementa Ferreira (2006) ao lado de todos os problemas já citados do Rio de Janeiro da República Velha, como o carnaval considerado pela elite não civilizado, religiões afrobrasileiras, quiosques, entre outros, havia a área central da cidade, insalubre e colonial, vista pela elite como resquício de um século passado, da monarquia, que não obedecia racionalidade geométrica nenhuma. Considerada pela elite brasileira uma área degradada, feia, imunda, perigosa, caótica, a identidade urbana do Rio de Janeiro não poderia ser construída. A cidade do desejo negava a cidade real, então a cidade deveria refletir a imagem de uma urbe higiênica, linda e ordenada.

Benchimol (1990) declara que os objetivos ou estratégias subjacentes a essas medidas eram variadas e relacionavam-se a razões políticas ou puramente ideológicas, ligadas a formas burguesas de desfrute do espaço urbano, razões sanitárias, razões econômicas (inviabilizar, por exemplo, certas práticas em benefício do grande capital) e fiscais. Quanto a esse último ponto, vale ressaltar que as interdições semeadas pelo prefeito redundaram em um considerável aumento de itens da receita municipal, tais como multas, impostos de licença, de cães e etc. isso significa que independente dos objetivos visados por essas medidas, elas serviram para descarregar parte do ônus da “modernização” sobre a heterogênea plebe carioca.

3 AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DA REFORMA PEREIRA PASSOS E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NA POPULAÇÃO CARIOCA

ALARGAMENTO

Pobre da rua do Senhor dos Passos!
 Já tinha tantas e alargadas fendas
 nos edifícios velhos e nas vendas,
 E eil-a, hoje – a pobre! – com o prefeito nos braços!

Fujam os vagabundos e os madraços!
 Fujam turcos com fitas e com rendas!
 No ponto aberto já não quer mais tendas
 O prefeito doutor Passos!

Corta-se a rua. Cahem casas. Tudo
 Vai por terra... Da gente estuporada
 Todo o ar é surpreso, o lábio é mudo...

E o que inda é caso p'ra maior espanto
 É ver hoje, de súbito, cortada
 A rua alegre que cortava tanto!

(O Malho, 18 abr. 1903. In: KOK, 2005, p.51)

De acordo com Machado (2002) no início do século XX era desejo do governo brasileiro ver o Rio de Janeiro retratado em cartões postais, mostrando uma cidade moderna e viável para atrair investimentos e visitantes. No entanto, as características urbanas do Rio de Janeiro não permitiam mostra-la como cidade moderna. Foi realizada importante reforma urbana, transformando sua paisagem, que passou a estampar cartões-postais que circularam e encantaram pessoas em todo o mundo. Esta grande reforma urbana ocorrida no Período Passos, dividido segundo Del Brenna (1985) em quatro fases: 1902 – 1903, Projetos e Estratégias; 1904 O ano das Demolições; 1905 Repressão e Consenso; e 1906 O ano das inaugurações.

Elaborado em 1903, o plano serviu de base à remodelação da cidade, tinha como objetivos explícitos, conforme Lopes (1998): Modernizar o Rio de Janeiro, tendo por modelo as grandes metrópoles européias, o que possibilitaria: realizar aspirações da burguesia ascendente, preocupada em desfazer a imagem negativa que a cidade possuía que dificultava as transações externas; atender as pressões estrangeiras, criando condições ideais para a entrada de capitais; tornar mais eficiente à circulação de mercadorias e da força de trabalho. E

o outro grande objetivo da Reforma era Erradicar epidemias, para intensificar a imigração, atrair mão-de-obra européia e reproduzir a força de trabalho já existente.

No final do século XIX, a estrutura portuária do Rio de Janeiro era precária e a necessidade de se reformar o porto era cada vez mais urgente. Embora já tivesse perdido a liderança para Santos, em São Paulo, como o principal porto exportador do país, o Rio afirmava-se como grande porto de importação, até de imigrantes. Figurava entre os quinze principais portos do mundo e o terceiro do continente, depois de Nova Iorque e Buenos Aires. Por causa da importância, o governo federal assumiu planejamento e a coordenação dos empreendimentos relativos a reforma do porto de acordo com Dantas (2007).

A remodelação do porto foi o fio condutor para modernização da cidade, como afirma Lopes (1998). A transformação da forma urbana visava sobretudo resolver as contradições que ela apresentava. Era imperativo agilizar o processo de importação / exportação de mercadorias, que ainda representava características coloniais devido a ausência de um moderno porto. (ABREU, 1998, p60). A necessidade de articular o novo porto ao centro da cidade levou a inclusão das avenidas Central e do Mangue, complemento essencial para a melhor circulação de mercadorias na cidade.

Neste contexto, Dantas (2007) complementa ainda que em 20 de julho de 1910, data oficial de inauguração do novo porto, apenas 2.700 dos 3.500 metros de cais previstos estavam liberados. E ainda que dos 2700 metros concluídos apenas 800 tinham reais condições de funcionamento, onde os 1900 metros restantes necessitavam de guindastes, armazéns, iluminação, linhas férreas, e de toda infra-estrutura de apoio.

Em 1904 iniciaram-se as primeiras demolições na cidade, muitos prédios antigos foram demolidos, para dar lugar as novas edificações em estilo Eclético, que predomina na Europa do século XIX (PINHO et.Al, 2007, p13). KOK (2005) aborda que a reforma de Pereira Passos demoliu, ao todo, cerca de 2.700 prédios, ficando por isso conhecida como a época do “botaabaixo”. Muitos dos prédios demolidos eram habitações coletivas, consideradas pelas autoridades sanitárias como focos epidêmicos, sendo assim recomendada, pura e simplesmente, a sua derrubada. Lucrariam com essas demolições os investidores que, depois de inaugurada a avenida Central, puderam construir prédios grandes e modernos destinados, em sua maioria, a negócios. A declaração de interdição de prédios, obras e construções por parte da autoridade administrativa terá por efeito. Quanto aos prédios:

1º Serem eles desocupados amigável ou judicialmente pelos inquilinos dentro de um a oito dias conforme a urgência;

2º serem reparados ou demolidos pelos seus proprietários no prazo que lhe for assignado.” (DEL BRENNNA, 1985, p 136)

A reorganização da Comissão (agora Serviço) da Carta Cadastral teve suas primeiras conseqüências concretas na instituição do recuo progressivo dos edifícios e a uniformização dos planos de alinhamento das ruas da cidade. Iniciava-se, assim, com impetuosidade, o processo de renovação urbana das freguesias centrais, que viria atingir principalmente os quarteirões operários (ABREU, 1998, p60). Ainda segundo Abreu, 1998:

“A abertura dessas novas vias de circulação seguiu-se uma série de obras que objetivavam o alargamento das principais artérias do centro ou de suas imediações. Foram assim alargadas, para 17 m, as ruas Estácio de Sá, Frei Caneca, Assembléia, Uruguaiana, Carioca e Visconde do Rio Branco; para 24 m as ruas Estreita de São Joaquim (continuação da rua larga de São Joaquim, atual Marechal Floriano) e Visconde de Inhaúma, e, para 14m, a rua Mariz e Barros. Alargaram-se, também, as ruas Treze de Maio, Acre, Camerino, Sete de Setembro, São José, Ramalho Ortigão, e muitas outras. Note-se que, na maioria dos casos, a Prefeitura desapropriava mais prédios do que aqueles necessários para o alargamento das ruas. Visava com isso a venda dos terrenos remanescentes (e agora valorizados) após o termino das obras, ressarcindo-se assim de grande parte dos seus custos.”

Preocupado também com o saneamento e a higiene da cidade, ou pelo menos de alguns bairros, Passos mandou canalizar rios, e também em nome da higiene e da estética, declarou guerra aos quiosques da cidade proibiu a venda de vários produtos por ambulantes, atingindo por conseguinte, as fontes de renda de grande número de pessoas. Proibiu ainda o exercício da mendicância. Embora não relacionadas diretamente com a administração Passos, visto que financiadas e construídas, pela União, outras obras de grande vulto foram realizadas na cidade neste período. Embora em menores números, elas tiveram entretanto, efeitos sociais muito mais intensos que a de Passos propriamente ditas, devido a sua monumentalidade. A mais importante, em termos de transformação da forma urbana, foi sem dúvida a construção da Avenida Central. (ABREU, 1998, p63).

“Da haussmannização de Paris, que observou pessoalmente mais de quarenta anos antes, Pereira Passos copia o alargamento das ruas e as grandes aberturas através do tecido urbano antigo. A pavimentação das ruas, canalização dos rios, o nivelamento das calçadas estão igualmente na ordem do dia. No ponto central do programa esta a abertura da avenida Central, capaz de apagar vários século de pardieiros acumulados no centro da cidade [...] As demolições começaram em 29 de fevereiro de 1904, e desalojam cerca de vinte mil cariocas de seus sobrados, cortiços e pensões. De cada lado dos 33 metros de largura da avenida erguem-se construções de estilo eclético. O embelezamento da Avenida Central, que passou a se chamar Rio Branco em 1912, irá prosseguir contudo, durante quarenta anos. Velhas ruas do Centro, como a Carioca e da Assembléia, são alargadas. As praças são limpas e ornamentadas de jardins. A vida mundana e cultural abandona rapidamente a rua do Ouvidor pela Avenida Central.” (ARMELLE, 2002, p. 213- 214)

Maurício de Abreu (1998) afirma que a Avenida Central era, sem dúvida, o complemento natural de outras duas grandes obras que se realizavam na cidade, ou seja, a Avenida Beira Mar (pela administração Passos) e o novo porto do Rio de Janeiro (a cargo da União). Decorria também da necessidade do capital e dos valores da época de se expressarem simbolicamente no espaço, razão porque, após a inauguração em 15 de novembro de 1905, as melhores casas comerciais foram ali instaladas; os jornais construíram prédios monumentais e as grandes companhias, clubes, hotéis e vários edifícios do governo (Escola de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, Supremo Tribunal, Teatro Municipal, Palácio Monroe) foram nela localizados.

Ferreira (2006) enfatiza que a Avenida Central, idealizada por Lauro Muller, via de ligação entre o novo porto e a Avenida Beira-Mar, a exemplo do modelo haussmanniano, duas praças estariam interligadas, a Praça Mauá (próxima ao novo porto) e a Praça Floriano, hoje denominada Cinelândia. As construções para a grandiosa avenida obedeceram às regras estabelecidas em um concurso internacional divulgado em 1903, onde brasileiros, franceses, ingleses italianos, dentre outros, inscreveram seus projetos. Repetiu-se a fórmula adotada nos prédios da Rua de Rivoli e na Praça Vendôme, em Paris.

Grande parte da população foi, então forçada a morar com outras famílias, a pagar aluguéis altos (devido à diminuição da oferta de habitações) ou a mudar-se para os subúrbios, já que pouquíssimas foram as habitações populares construídas pelo Estado em substituição às que foram destruídas. Nem todos que eram expulsos dos cortiços ou que chegavam à cidade, localizaram-se nas favelas. A maioria, ao que parece se instalou em subúrbios, contribuindo para sua ocupação efetiva. A favela foi a única opção que restou para a população pobre que precisava residir próximo ao emprego; essa população crescia, atraída pelo desenvolvimento industrial e os empregos na construção civil. Conforme Gomes (2005), nesse momento a política urbana, no Rio de Janeiro, enquanto capital da República, implementada na administração de Pereira Passos, coloca-se como um tipo de intervenção estatal com um caráter muito mais urbanístico e de embelezamento da cidade. Essa política foi complementada com legislação urbana repressiva condensada no Código de Obras de 1937, que visava a proibição de cortiços infectados. Essa legislação combinada com a intervenção urbanística visava expulsar a população pobre para a periferia da cidade. Armelle (2002) analisa:

“A renovação urbana do Rio negligencia – como, a seu tempo, a haussmannização parisiense – a questão do alojamento social. Trata-se de uma capital destinada a uma elite, européia por suas origens, seu modo de vida e suas aspirações, que os

engenheiros- prefeitos do Distrito Federal estão construindo. O embelezamento do Rio torna ainda mais insuportável a miséria que se exhibe nos morros. Em 1916, a Revista da Semana, dirigida a burguesia carioca, assim denuncia a favelização em curso: “ Os bairros parasitários dos morros ameaçam propagar-se pelos sítios que dominam a cidade, criando suas perspectivas bárbaras uma moldura sórdida para uma cidade que tem merecidos títulos de esplendor. É absurdo que uma capital que possui jóias como a Avenida Beira-Mar exhiba o acampamento africano do morro de Santo Antônio por sobre o trajeto maravilhoso da subida de Santa Tereza que conduz às florestas do Silvestre”.”

Segundo Abramo (2002) apud Gomes (2005) é nesse período que surgem no Brasil as favelas e se multiplicam os cortiços enquanto espaço de habitação coletiva das camadas mais empobrecidas da população. Gomes (2005) afirma que na realidade cortiços (Fig 2.1) e favelas (Fig 2.2) aparecem como forma mais viável para o capital de reproduzir a classe trabalhadora a baixos custos. E que a modernização da cidade, através da reforma Pereira Passos ao retirar a população pobre do centro urbano implicou no aprofundamento do processo de segregação da cidade que passa a ser marcado pela divisão centro-periferia.



Fonte: Augusto Malta. In: KOK, 2005.



Fonte: Augusto Malta. In: Sevcenko, 2001.

Fig 2.1: os cortiços, a alternativa de emergência diante da crise imobiliária.



Fig.2.2:Favela, no morro de Santo Antônio, em 1914. Fonte: Augusto Malta. In: KOK, 2005.

Abreu (1998) afirma que a evolução da cidade reflete as contradições estruturais, existentes no sistema político-econômico do país na época, evolução esta que acontece no período de 1906 – 1930, após o Bota-abaixo e suas cirurgias urbana que afetam, como sempre os bairros pobres da cidade; o autor destaca aspectos relevantes na configuração espacial e distribuição populacional na época:

“ De um lado Governos da União e do Distrito Federal, representando as classes dominantes, atuam preferencialmente na esfera do consumo, incentivando a continuidade do processo de renovação urbana da área central e de embelezamento da zona sul [...] por outro lado, e não contando com qualquer apoio do Estado, as indústrias se multiplicam na cidade e começam a se expandir em direção aos subúrbios, criando novas áreas, dotando-as de infraestrutura e, principalmente, gerando empregos. Estes, por sua vez, atraem mão-de- obra numerosa, que tanto se instala nos subúrbios, como dá origem a nova favelas, situadas próximas a s áreas industriais. Financiadores tanto do consumo quanto da produção, os bancos, nacionais e estrangeiros, beneficiam-se das ações dos setores público e privado, aumentando sua influência em amplas áreas da economia.” (Abreu, 1998, p. 72)

Pinheiro e Fialho Júnior (2006) mostram outras conseqüências da reforma urbana, que desafogou o intenso tráfego entre o Centro e os diversos bairros da cidade. Porém, a questão da circulação urbana não se restringia à estrutura física da cidade, mas também aos meios de transporte, considerados incompatíveis com o tráfego urbano. A Prefeitura promoveu, a regulamentação do transporte de carga; além disto, propiciou a modernização da estrutura dos serviços públicos, reorganizando as redes subterrâneas de abastecimento de água e gás , o esgotamento sanitário e etc. outro aspecto conseqüente a reforma urbana foi o banimento de atividades rurais, como estábulos, criadouros e hortas, do centro da cidade; em nome da higiene e da beleza. Com este ideal também foram proibidos os quiosques de madeira que

vendiam alimentos, e que se expusessem artigos para venda nos umbrais da porta, para isso eram permitidas somente a utilização de vitrines. A Prefeitura também reprimiu o que considerava-se maus hábitos e costumes, como: urinar e cuspir nas ruas, acender fogueiras, soltar pipas, fogos de artifício e balões.

Outros hábitos condenados, de acordo com Fábio Ferreira (2006), como a serenata e a boêmia, sendo o violão associado a vagabundagem. As religiões afro-brasileiras e práticas como o curandeirismo e a feitiçaria, consideradas sinônimos de atraso. Festas populares, como a de Judas e do Bumba-meu-boi, além de barracas de São João forma alvo das proibições. E assim, cabia ao Estado transformar, na marra, a multidão indisciplinada de “pés descalços” em cidadãos talhados segundo os estereótipos que serviam à burguesia europeia para exercício de sua dominação (BENCHIMOL, 2003, p. 264)

Neste sentido, Pinheiro e Fialho Júnior (2006) destacam três de uma série de atos e decretos, de Pereira Passos, com este objetivo de extirpar velhos hábitos e impor uma disciplina coerente com a nova ordem republicana, comprometida com os capitais franceses e ingleses em sua fase imperialista, calcada no escoamento da produção fabril e na exportação de capitais; a saber:

“Decretos de 09 de janeiro de 1902, que proibiram no centro da cidade, o comércio de leite, efetuado com o auxílio do gado bovino, a venda de miúdos e reses em tabuleiros descobertos e a venda de bilhetes lotéricos em ruas, praças e bondes. O outro decreto suspendeu construções e obras de reforma, em quinze freguesias da cidade, sem licença da Prefeitura. O decreto de 11 de abril de 1903 regulou a apanha e extinção de cães vadios.”

Benchimol (1990) relata aspectos da questão dos ambulantes (Fig 2.3), pequeno setor mercantil e artesanal urbano, que foram varridos porque entravam em choque com as novas exigências da reprodução do capital ou da força de trabalho, que por razões de saneamento, de circulação urbana ou de abastecimento.

“Fosse com a intenção de banir da cidade que ‘civilizava’ modalidades de comércio ambulante, pequenos ofício e meios ‘arcaicos’ de distribuição e transporte, fosse apenas com a intenção de descarregar parte do ônus da reconstrução da cidade nos segmentos mais vulneráveis da população, o fato é que Pereira Passos usou, com todo o rigor, a sua máquina repressiva e fiscal contra os vendedores ambulantes e todos aqueles ‘autônomos’ para os quais o pagamento de licenças e multas representavam, muitas vezes, um encargo insustentável” (BENCHIMOL, 1990, p 281)



Fig 2.3: Vendedores ambulantes, característica da capital, no início do século XX. Fonte: Marc Ferrez.(In: KOK, 2005)

O Período Passos, reconstruiu a cidade segundo os moldes ideológicos e econômicos da época, de modo a revolucionar o espaço urbano carioca. Segundo Abreu (1998) a reforma foi importante para ressaltar que os novos momentos de organização social determinam novas funções na cidade, algumas que podem ser exercidas somente, a partir da eliminação de formas antigas e até contrárias ao novo momento. Período que também exemplifica as contradições do espaço, que mesmo na tentativa de resolvê-las, muitas das vezes geram novas contradições sentidas no novo momento de organização social. Benchimol (1990) concorda e relata que na intenção de corrigir erros, a reforma engendrou novas contradições e agravou tantas outras como a crise habitacional nas áreas deterioradas remanescentes do centro e em suas imediações, Saúde, Cidade Nova e Gamboa. Assim como o aparecimento das favelas no cenário do Rio de Janeiro, habitações populares que caracterizam a segregação social no espaço urbano da cidade.

Onde se pode evidenciar claramente a primeira intervenção estatal sobre o urbano, reorganizando no sentido que na área mais valorizada da cidade não se justificava a presença de pobres (ABREU, 1998, p.63). A qual merece destaque na construção da cidade burguesa que emergiu após o Bota-Abaixo; o Estado como agente social, responsável por produzir espaço urbano e dispões de vários instrumentos para tal, como: direito de desapropriação; investimento público, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação de infra-estrutura (CORRÊA, 2005). Então, Abreu (1998) enfatiza:

“O período Passos, verdadeiro período Haussman à la carioca, representa, para o Rio de Janeiro, a superação efetiva da forma e das contradições da cidade colonial – escravista, e o início de sua transformação em espaço adequado às exigências do Modo de Produção Capitalista. Neste movimento de transição o papel do Estado foi fundamental, tanto no que diz respeito à sua intervenção direta sobre o urbano, como

o que toca ao incentivo dado à reprodução de diversas unidades do capital. Dialeticamente, o período Passos representa também a etapa inicial de desenvolvimento de novas e importantes contradições – agora de base totalmente capitalista – que marcarão profundamente a evolução da cidade no século XX.”

Abreu (1998) também afirma que o Estado veio a acelerar o processo de estratificação espacial, característica da cidade desde o século XIX, contribuindo para a consolidação do modelo núcleo-periferia que perdura até hoje. Pois a curto prazo modificou a aparência (morfologia) e o conteúdo que corresponde a separação de usos e de classes sociais no espaço. A longo prazo, resultou um espaço cada vez mais dividido entre bairros proletariados e bairros burgueses.

A partir deste momento, conforme Abreu (1998) os morros situados no centro da cidade (Providência São Carlos, Santo Antônio e outros), até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, originando a favela (Fig.2.3) . A destruição dos cortiços fez da favela, a única alternativa que restou para uma população pobre, que precisava residir próximo ao local de emprego. E esta população não parava de crescer, atraída a cidade pelo desenvolvimento industrial e pelos empregos na construção civil.



Fig 2.3: Barracos construídos com material de demolição em uma das primeiras favelas da cidade. Morro do Pinto, em 1912. Fonte: Augusto Malta. In: KOK, 2005, p. 27

Abreu (1998) também afirma que nem todos os que eram expulsos dos cortiços ou que chegavam à cidade localizaram-se, entretanto, nas favelas. A grande maioria, ao que parece, instalou-se nos subúrbios, contribuindo assim para sua ocupação efetiva.

Benchimol (1990) complementa que a segregação, principalmente na área central não ocorreu somente com as demolições ostensivas que desabrigaram trabalhadores. Mas também essa força de separação se mostrou evidente na valorização e especulação com o solo (elevando o preço dos aluguéis), os novos impostos que acompanhavam o fornecimento de serviços como iluminação elétrica, calçamentos modernos, água, esgotos; a legislação

municipal estabelecendo restrições e normas arquitetônicas para as construções urbanas; a proibição do exercício de determinadas profissões ou práticas econômicas (como a criação de animais domésticos, plantio de hortas) ligadas à subsistência das famílias trabalhadoras. Ressaltando que estas mudanças impactaram o centro da cidade, onde trabalhava e residia a numerosa e heterogênea plebe carioca.

Com isso muitas pessoas não usufruíram desta cidade, mas sim segundo Benchimol (1990) foram deserdados desta urbe renovada, afastados da área central por não ser uma classe compatível com a elite que circulava na capital da República. Assim, após a reurbanização, a Cidade anteriormente marcada por traços coloniais, deixou de ser conhecida como “Capital de Morte” e passou a ser chamada de “Cidade Maravilhosa” (PINHEIRO & FIALHO JÚNIOR, 2006, p.4).

Neves (2003), ressalta que o Rio assume um papel simbólico como cidade-capital: reformada, iluminada, saneada e modernizada, a capital permitia aos estrangeiros que nela aportavam, aos que circulavam pelas calçadas da grande Avenida vestidos pelo último figurino parisiense e aos líderes da República acreditar que o Brasil – nela metonimizado – havia finalmente ingressado na era do progresso e da civilização. Para o país como um todo, a capital se modernizando antecipava um futuro que imaginava que um dia seria o seu.

3.1 SALUBRIDADE E REVOLTA

A reforma urbana aconteceu de maneira associada com uma reforma sanitária, necessária na construção da cidade burguesa e moderna. Em meio a aumento populacional, somado a crise do café, na capital da República, faltavam empregos, saneamento básico e moradia, já que ocorreu a demolição dos cortiços, o que impulsionou a ocupação dos morros, por favelas, como nos mostra a Revista de Manguinhos (2005), que também destaca uma campanha para exterminar os ratos, cujas pulgas transmitem a peste, elaborada por Oswaldo Cruz, nomeado por Rodrigues Alves como diretor-geral de Saúde Pública. O governo pagava 300 mil réis por animal capturado, e logo, surgiu quem criasse ratos para vendê-los às autoridades.

Benchimol (1990) destaca as estratégias de combate à febre amarela, onde Cruz utilizou brigadas mata-mosquitos, que entravam nas casas, mesmo a força, para eliminar focos de inseto e remover doentes para o hospital. Pois se uniu as duas teses, vinculadas na época, uma afirmava que a doença se propagava pelo contágio direto pelo doente, e a outra em que afirmava transmissão pelo mosquito. Essa estratégia causou polêmica, e parte da população

participava da oposição aos métodos de Cruz. Sendo Oswaldo Cruz, “o general mata-mosquitos”, cujas medidas eram consideradas “despotismo sanitário” e Pereira Passos, “o Bota-Abaixo”, acusado de exercer ditadura no Distrito Federal.

Por meio de uma lei aprovada em 31 de outubro e regulamentada em 9 de novembro de 1904, a vacinação contra varíola se tornou obrigatória em todo território nacional e somente quem comprovasse vacinação conseguia contrato de trabalho, matrículas em escolas, certidões de casamento, autorização para viagens etc. Com isso o povo, não se sentia a vontade com a idéia de ter sua casa invadida e de ter que tomar injeção contra vontade; e foi a rua manifestar este descontentamento, na Revolta da Vacina, que foi além desse movimento popular, como afirma a Revista de Manguinhos (2005, p.11):

“Toda a confusão em torno da vacina também serviu de pretexto para a ação de forças políticas que queriam depor Rodrigues Alves – típico representante da oligarquia cafeeira. [...] Em 5 de novembro de foi criada a Liga Contra a Vacinação Obrigatória. No dia 10 estudantes aos gritos foram reprimidos pela polícia. No dia 11, já era possível escutar troca de tiros. No dia 12 havia muito mais gente nas ruas, e no dia 13, o caos estava instalado no Rio.[...] Após um total de 945 prisões, 461 deportados, 110 feridos e 30 mortos em menos de duas semanas de conflitos Rodrigues Alves se viu obrigado a desistir da vacinação obrigatória. [...] Mais tarde, em 1908, quando o Rio foi atingido pela mais violenta epidemia de varíola de sua história, o povo correu para ser vacinado, em um episódio avesso à Revolta da Vacina ”

Benchimol (1990) atribui a revolta a três causas. A primeira se relaciona ao choque entre duas mentalidades médico-científicas, uma atrasada e rotineira, e outra moderna e progressista; a cegueira dos políticos que envolveram o exercito e o povo na trama de suas ambições, configura o segundo motivo; e o terceiro esta associado ao estado psicológico da população, levada a um permanente nervosismo devido à destruição de seu tradicional modo de vida pelas reformas empreendidas na cidade.

3.2 OUTRAS OBRAS

Com base nos relatos de Ferreira & Fialho Júnior (2006) e em Del Brenna (1985), destacar-se-ão as mais relevantes obras do implementadas no Governo de Pereira Passos, com o objetivo de sintetizar, bem como reforçar pontos anteriormente discutidos.

Em 1903, houve a inauguração da Praça XV, prolongamento da Rua do Sacramento, atual Av. Passos, e início do alargamento da antiga Rua da Prainha (atualmente denominada Rua do Acre), que terminou em fevereiro de 1904; ano em que aconteceu o Melhoramento da Rua Treze de maio e a Demolição do Morro do Castelo. Sobre o fato, Ciavatta (2002)

comenta: que o Morro do Castelo, com hábitos ligados a cultura africana, era um escândalo ao lado de símbolos civilizados como a Avenida Central, o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e a Escola de Belas Artes. E seu arrasamento mostram, não só razões higiênicas colocadas no sentido autoritário e excludente, mas esforços civilizatórios.

O ano de 1905 foi marcado pelo início da construção do Teatro Municipal; alargamento e prolongamento da Rua Uruguaiana, e a inauguração da Avenida Central (atual Rio Branco), cujo aspectos que antecedem e sucedem, sua abertura serão discutidos no próximo capítulo. Em 1906, a Rua da Carioca foi alargada; ocorreu a inauguração do palácio da exposição permanente de São Luiz, futuro Palácio do Monroe, demolido em 1974. Outras realizações marcantes, ocorridas também neste ano foram a conclusão das obras no porto do Rio de Janeiro, melhoramento do Largo da Carioca, e aterramento das praias do Flamengo e Botafogo. Inauguração da Avenida Beira-Mar, sobre este acontecimento, que também modificou a configuração do espaço carioca, comenta Maurício de Abreu (1998) construída em tempo recorde de 23 meses, e tendo grande parte do seu eixo terrenos conquistados ao mar, a avenida passou a ser “um dos boulevards mais lindos do mundo”.

Além destas modificações merecem destaque: arborização de diversas áreas e renovação do calçamento da cidade, e em alguns trechos utilizando asfalto, melhorias no abastecimento de água para a capital, saneamento da cidade, pois o Prefeito preocupava-se com o saneamento e higiene da cidade, ou pelo menos de alguns de seus bairros (ABREU, 1998, p. 63). Demonstrando esta preocupação na reconstrução da cidade seguindo os parâmetros da elite, Passos, mandou canalizar o Rio Carioca (perpassa os bairros Laranjeiras e Flamengo) e parte dos rios Berquó (Botafogo), Maracanã, Joana e Trapicheiro (Tijuca).

4 O RIO DE JANEIRO EM TRÊS MOMENTOS

Neste capítulo analisar-se-ão imagens referentes às transformações no espaço urbano carioca, por meio das ações de iniciativa governamental para por em prática o Plano de Melhoramentos Pereira Passos e modificar a cidade em aspectos de saneamento, salubridade e embelezamento, como já foi discutido nos capítulos anteriores.

Foram selecionadas imagens de quatro pontos da cidade que foram transformados a partir da reforma, são eles: Avenida Central, o Largo da Carioca, a Avenida Beira-Mar e o porto do Rio de Janeiro. Tal abordagem comparativa recorrerá a imagens destas paisagens urbanas em três momentos distintos. O primeiro mostrará o contexto da reforma, para isso serão utilizadas fotos de antes da Reforma acontecer, para contrapor a situação como era e como se tornou depois do Período Passos. O segundo momento, logo após a reforma, serão observadas imagens de até 20 anos depois ao período estudado. E no terceiro serão mostradas imagens mais recentes.

Corrêa (1989), afirma que de modo geral a partir do século XIX, passou-se a ter consciência da importância do processo de urbanização, ao refletir e condicionar mudanças cruciais na sociedade.

A Reforma Passos tem grande importância na construção da cidade do Rio de Janeiro, tanto que mesmo ocorrida a mais de cem anos, seu estudo se torna relevante para compreensão dos aspectos sociais, sanitários e espaciais na organização da cidade. A sua ação refletiu-se nos subúrbios, na zona rural e até nas ilhas da Baía de Guanabara. Modificou a logística do território, ligou com estradas, ao longo da linha férrea, melhorou os portos. E ainda Paquetá e Ilha do Governador pela primeira vez foram integradas no Distrito Federal participando da onda de progresso que se espalhava até suas lindes mais distantes (CRULS, Gastão. 1965. p.627).

Benchimol (2003), numa visão contrária a Cruls (1965), analisa que na área central residia o alvo da renovação urbana, apontando a expropriação de um conjunto socialmente diferenciado de ocupantes do espaço e a apropriação deste espaço por outros grupos, depois de ser modificado e valorizado pelos poderes públicos. Os melhoramentos atingiram áreas selecionadas, com o objetivo de desarticular as relações que antes se estabeleciam na área central, e cuja permanência se tornara incompatível com a cidade requerida pelo grande capital, e com a capital requerida pelo Estado republicano.

Neste sentido a Avenida Central inaugurada em 1905, que depois de 12 de fevereiro de 1912 passou a ser chamada de Avenida Rio Branco; além de ser a obra mais famosa e

evidente, é um marco nesta reconstrução da cidade que preconizava o útil e o agradável, como afirma Cruls (1965) e a ordem e o progresso de acordo com Benchimol (2003).

É importante ressaltar que o Morro do Castelo (fig 3.1), destoava dos ideais reformistas de modernização e europeização, e na cidade-capital era uma herança do passado colonial, escravista. Não fazia parte do ideário de “progresso e modernidade” a fusão e utilização de classes sociais distintas no mesmo espaço, era preciso demarcar os espaços da elite e do proletariado. Como acredita Motta (2004) a Avenida Central era o divisor de águas entre a cidade civilizada e a escravocrata, mestiça, enfim colonial e atrasada; os edifícios públicos e empresariais, que ali se instalariam, não deveriam se confundir com barracos (fig 3.2); as cabras não deviam ouvir ópera. Exigia-se uma espacialização da cidade que precisamente definisse os lugares da produção, do consumo, da moradia, da cultura, destaque para a Cinelândia (fig 3.3) “Broadway brasileira” retratada em 1925, ao fundo o Palácio Monroe.



Fig 3.1: O casario densamente habitado, ao pé do morro do Castelo (1890), onde seria construída a Avenida Central. Marc Ferrez (In: KOK, 2005)

Fig 3.2: Moradias Populares no Morro do Castelo. Arquivo Geral da Cidade do Rio Janeiro, Guilherme Santos (In: CIAVATTA, 2002)



de



Fig 3.3:Cinelândia.(In:DANTAS, 2007)

Segundo Pinho et al.(2007), com a transferência da Capital para Brasília na década de 1960, a destruição do Palácio Monroe, a chegada do metrô na década de 1970 e a proliferação das pequenas salas de projeção nos shoppings, em toda a cidade; contribuiu para o esvaziamento dos grandes cinemas, a Cinelândia perdeu muito sua efervescência cultural. Mas na última década retomou-se a vida carioca nesse espaço da cidade, e a Cinelândia tem se destacado como uma área de vital importância foram as ações de dinamização do Museu nacional de belas Artes, e a recuperação e revitalização do Cinema Odeon , prédio destacado na fotografia a seguir (fig 3.4), como esta atualmente.



Fig 3.4: Prédio do Cine Odeon atualmente. Autor desconhecido. Fonte: www.skyscrapercity.com

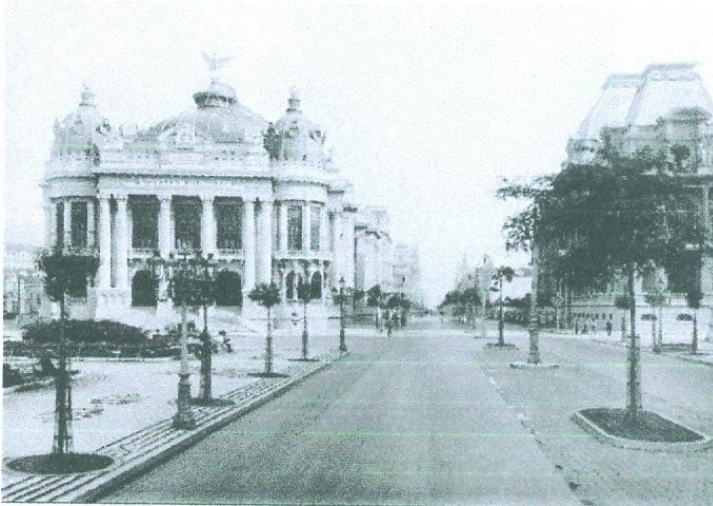


Fig 3.5: Avenida Central, em 1909. Marc Ferrez (In: KOK, 2005).

Avenida Central foi definida por Gilberto Ferrez, em 1982, como uma grande artéria, de mar a mar, cortaria todo o insalubre e mais valioso do centro comercial da cidade, Teria de ser assim como os grandes bulevares de Paris. Era uma necessidade saneadora e urbanística que o governo federal resolvera tomar a seu cargo. A fotografia acima (fig 3.5), de Marc Ferrez, se destaca o Prédio do Teatro Municipal.

Avenida, pavimentada por asfalto, iluminada por eletricidade (fig 3.6), arborizada, com calçadas em mosaico português, é um espaço onde se percebe o contraste e as desigualdades sociais, acentuadas pela organização urbana, a imagem mostra uma “limpeza” da área central da cidade, que procurava excluir destes espaços às atividades e pessoas consideradas menos nobres. Panorama este muito diferente da realidade construída no entorno do centro e em áreas suburbanas, diferenciação que configura a segregação do espaço urbano.



Fig 3.6: Vista noturna da avenida Central, 1912. Lopes. Acervo do IMS – Instituto Moreira Salles (In: KOK, 2005)

A imagem acima (fig 3.4) mostra da esquerda para a direita, a então denominada Escola Nacional de Belas Artes, hoje Museu Nacional de Belas Artes; a Biblioteca Nacional e o Supremo Tribunal Federal, atualmente o prédio abriga o Centro Cultural da Justiça Federal.

Hoje a grande Avenida Rio Branco (fig. 3.5), pouco possui desse aspecto francês original, mas é uma importante via de circulação, e se destaca na no centro do Rio de Janeiro.



Nesta imagem também se destaca o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, seu estilo arquitetônico foi inspirado na Ópera de Paris.

Fig. 3.5: A direita, Avenida Rio Branco. (In: FERREIRA, 2006).

De acordo com Kok (2005), nas extremidades da Av. Central foram construídos dois marcos que existem até hoje: uma coluna no largo da Prainha, que recebeu em 1910 a estátua do barão de Mauá, e um obelisco na extremidade sul, em frente à praia de Santa Luzia, oferecido à cidade pela firma A. Januzzi & Cia, em comemoração ao primeiro aniversário da obra. Construído com granito retirado do morro da Viúva, o obelisco (fig 3.6) era formado por apenas quatro pedras que pesavam 27 toneladas e chegavam a 17m de altura. Foi inaugurado por Rodrigues Alves e Lauro Müller a 14 de novembro de 1906. (In: KOK, 2005)

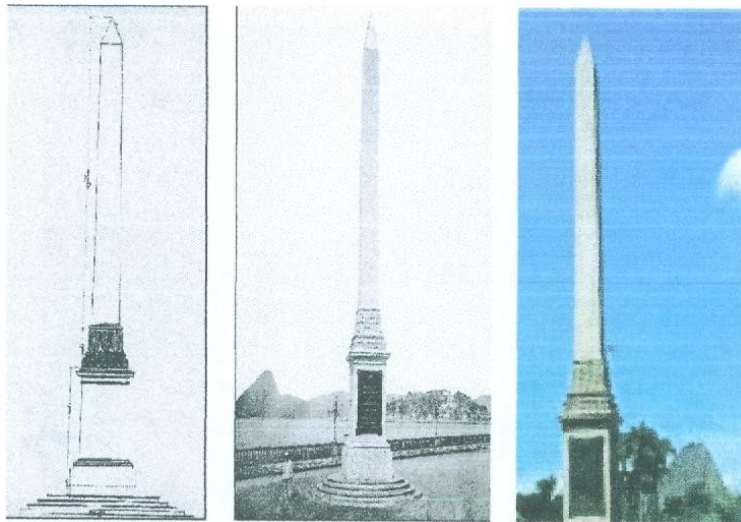


Fig 3.6: Obelisco.

1 – O projeto. Por: Marc Ferrez
(In: KOK, 2005).

2 – De Marc Ferrez, o monumento após sua inauguração
(In: KOK, 2005).

3 – Seu aspecto atual, fotografia de André Cláudio de Mendonça.

O espaço urbano se transformou, e uma das várias mudanças foi o Largo da Carioca (fig 3.7). E na idéia de modernizar a cidade, tornava-se importante construir praças e jardins, que atribuíssem bons ares e afastasse a insalubridade, característica do século anterior. O que proporcionaria a parte da população carioca, segundo Cruls (1965) maior conforto, em ruas mais ventiladas e de piso melhor cuidado. Buscava-se desta forma aumentar o bem estar da população e dos visitantes por meio de passeios agradáveis, ou o descanso num belo parque ajardinado ou ouvindo música e admirando o jogo luminoso de uma fonte ou as linhas graciosas de uma figura de mármore. Tais mudanças pretendiam criar uma cidade moderna, retratada em cartões postais, que se contrapunha à outra face da cidade que crescia em direção as favelas e aos subúrbios.



I – Obras no Largo da Carioca. A. Malta, 1906.
(In: DEL BRENNNA, 1985).

II – Conclusão das obras no Largo da Carioca. A. Malta, 1906. (In: DEL BRENNNA, 1985)



III – Visão do Largo da Carioca.
(In FERREIRA, 2006).

Fig 3.7: Todas acima

“Todas essas medidas foram insuficientes para amenizar a situação: a crise se tornava cada vez mais aguda. Ao contrário, porém, da preocupação demonstrada até então pelo Poder Público, a questão da moradia passou a um plano secundário. E só voltará à ordem do dia bem mais tarde, revestida de novos padrões; não se tratava mais de eliminar cortiços, mas de erradicar favelas que, alimentadas pela reforma urbana, davam o contraponto da cidade que se civilizara” (DEL BRENNNA, 1985)

Outra obra de grande vulto foi a Avenida Beira-Mar (fig 3.8 e 3.9), via ajardinada de 25 metros de largura, seguia a orla em direção a zona sul da cidade. A avenida sobreviveu até 1960, e desafogou o trânsito intenso entre o centro e os bairros já urbanizados da zona Sul, como: Catete, Flamengo e Botafogo. Dantas, 2007, considera que associada a outras obras

públicas, ela impulsionou a ocupação da orla marítima até Copacabana. Ipanema e Leblon, onde se fixava a burguesia carioca em suas residências requintadas.

Fig. 3.8: Obras da Avenida Beira- Mar. Foto Malta, 1905. Arquivo Geral da cidade do Rio Janeiro. (In: DEL BRENNNA, 1985).



A.
de



Fig. 3.9: A avenida Beira-Mar e os novos jardins do bairro da Glória, 1908. Marc Ferrez. (In: KOK, 2000)

Grande alvo das políticas reformistas de Passos e Rodrigues Alves foi o porto do Rio de Janeiro. As obras do porto, a cargo do engenheiro Francisco Bicalho, contando com financiamento de 8.500.000 libras obtido em Londres, previam a construção de um cais desde a praça Mauá até o canal do Mangue (3.500m), a retificação do traçado litorâneo e o aterro da orla, feito com terras do morro do Senado, completamente arrasado, uma aba do morro do Castelo e entulho das casas derrubadas próximas ao Convento da Ajuda para a abertura da avenida Central. Para facilitar o acesso ao porto, foram ampliadas as linhas das estradas de ferro Leopoldina e Central do Brasil, sendo também construída a nova avenida Rodrigues Alves.



Fig. 3.10: Embarcações e armazéns na zona portuária do Rio de Janeiro, 1877. Marc Ferrez. (In: KOK, 2005)

Fig.3.11: O novo porto do Rio de Janeiro, na atual praça Mauá, 1910. Augusto Malta.(In: KOK, 2005).

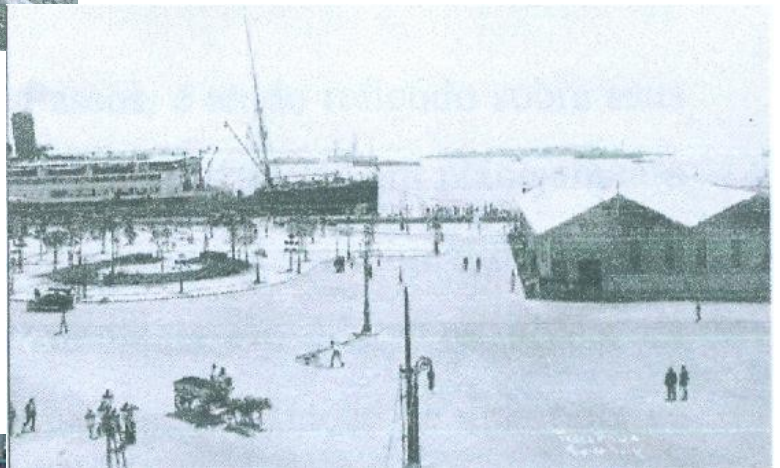


Fig 3.11: Cais do rio e atracadouro de Transatlânticos, nos dias atuais. (Disponível em:

<http://www.helisight.com.br/Img/Fotos/%5CFoto134h.jpg>)

Contudo é importante que se reflita até onde foram tais mudanças urbanas. Criou-se e ampliou-se as disparidades no espaço da cidade. O Plano foi concebido sem uma participação ampla da sociedade. Foi decidido de cima para baixo sem uma discussão que considerasse os interesses de todas as classes sociais, como as classes menos favorecidas, comerciantes, trabalhadores. Não se considerou a vivência, a cultura, para o desenvolvimento da cidade não só em sua aparência. Assim o centro da cidade do Rio de Janeiro foi desenhado por poucos e

para poucos, numa imposição de cima pra baixo, o que se refletiu no processo de ocupação e aumento populacional nos loteamentos irregulares e subúrbios.

Passados mais de cem anos da Reforma Pereira Passos, e tendo refletido sobre seus erros e omissões, observa-se nos dias atuais, que elaborar e implementar um planejamento territorial urbano e uma política de gestão do solo urbano efetiva, justa e igualitária ainda são desafios, para planejadores e autoridades governamentais em todos os níveis da administração pública das cidades. Este desafio implica na implementação de uma política que amplie o acesso à terra urbana para a população de baixa renda, em condições adequadas, elemento fundamental para enfrentar o passivo de destruição ambiental e exclusão social existentes nas cidades do País. Considerando que na época da reforma, final do século XIX e início do XX, não se pensava em um planejamento territorial que se considerasse vários agentes sociais, participantes, que atuam experimentam o espaço.

Significa estabelecer uma nova agenda de planejamento e gestão do solo urbano que possibilitasse incluir os mercados de baixa renda nos temas e estratégias contidos nos planos e projetos. Uma agenda que superasse o descrédito e a falta de cultura de planejamento das cidades e enfrentasse o desafio de fazer cidades para todos, sobrepondo-se à dualidade entre cidade formal e informal; urbanizada e precária; incluída e excluída dos plenos direitos de cidadania (Plano Diretor Participativo, 2005, p.9)

As pessoas favoráveis à Reforma Pereira Passos acreditavam que com ela a cidade ficaria definitivamente livre das epidemias que a assolavam no século XIX, o que se reflete na fala de alguns autores:

“... A cidade que emergiu após o Período Passos, mesmo que não fosse usufruída por todos e que estampasse as brutais desigualdades no espaço urbano; se tornou limpa de epidemias e inteiramente remodelada e embelezada, agira capaz de atrair os estrangeiros e apta a receber as últimas aquisições da técnica que, em 1906, Rodrigues Alves pôde com orgulho, entregar ao seu sucessor.” (CRULS, Gastão. 1965. p.631).

A história desmentiu e expôs as contradições do projeto e do ideário modernizador de Passos. Convivemos, ainda hoje, em pleno século XXI com um quadro sanitário precário em parcela considerável da cidade, e novas epidemias como a da Dengue, os freqüentes surtos de Leptospirose e a ampla prevalência de hepatites. Doenças derivadas da falta ou má qualidade do saneamento insistem em nos confrontar com a realidade da precariedade urbana brasileira.

O Período Passos, reconstruiu a cidade segundo os moldes ideológicos e econômicos da época, de modo a revolucionar o espaço urbano carioca. Segundo Abreu (1998) a reforma

foi importante para ressaltar que os novos momentos de organização social determinam novas funções na cidade, algumas que podem ser exercidas somente, a partir da eliminação de formas antigas e até contrárias ao novo momento. Período que também exemplifica as contradições do espaço, que mesmo na tentativa de resolvê-las, muitas das vezes geram novas contradições sentidas no novo momento de organização social. Para corrigir erros, a reforma engendrou novas contradições e agravou tantas outras como a crise habitacional nas áreas deterioradas remanescentes do centro e em suas imediações. Assim como o aparecimento das favelas no cenário do Rio de Janeiro, habitações populares que caracterizam a segregação social no espaço urbano da cidade.

Onde se pode evidenciar claramente a primeira intervenção estatal sobre o urbano, reorganizando no sentido que na área mais valorizada da cidade não se justificava a presença de pobres (ABREU, 1998, p.63). A qual merece destaque na construção da cidade burguesa que emergiu após o Bota-Abaixo; o Estado como agente social, responsável por produzir espaço urbano e dispões de vários instrumentos para tal, como: direito de desapropriação; investimento público, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação de infra-estrutura (CORRÊA, 2005). O Estado acelerou o processo de estratificação espacial, que caracterizou a cidade desde o século XIX, contribuindo para a consolidação do modelo núcleo-periferia que perdura até hoje. Pois a curto prazo modificou a aparência (morfologia) e o conteúdo que corresponde a separação de usos e de classes sociais no espaço. A longo prazo, resultou um espaço cada vez mais dividido entre bairros proletariados e bairros burgueses.

Importante ressaltar que os planos de modernizar a cidade foram preconizados, já as questões sanitárias e habitacionais se tornaram secundárias diante do grande objetivo da reestruturação da cidade. Como aborda Lopes (1998), esta reforma urbana marca um período caracterizado por uma linha de pensamento utilizada como justificativa para tal ação, onde a capacidade de prevenir a doença surge com a intervenção técnica sobre o meio. E neste sentido, temos, por lado os médicos enunciando os desequilíbrios na relação do meio com o organismo responsável pela doença. Por outro lado os engenheiros desenvolvem estratégias urbanísticas que visam corrigir estes desequilíbrios.

Contudo, Benchimol (2003) afirma que a modelagem e a valorização do solo urbano comandadas pelo Estado, foram em proveito da especulação e do enriquecimento privados, e envolveram vários atores: o capital estrangeiro e seus intermediários, que lucraram com o financiamento das obras públicas; firmas de arquitetura, construção, loteamento, fabricantes e importadores de materiais e equipamentos; empresas de serviços públicos.

Se compararmos, o Rio de Janeiro de hoje tem muitos aspectos que naquela época eram repudiados por Passos, impedidos até mesmo com leis e decretos. Costumes, festas populares, como o Carnaval símbolo de “atraso”, resquício da herança colonial; hoje é uma festa que faz com que a cidade seja conhecida internacionalmente e aumente o turismo. Os vendedores ambulantes, tomam o centro da cidade hoje, e os quiosques, anteriormente arrasados, tornam-se atrações nas praias. As religiões Afro-Brasileiras prestam seus cultos sem serem impedidos por lei. Moradores de rua ainda se encontram na área central, como em toda a cidade. O centro do Rio de Janeiro, atualmente, é pólo concentrador de instituições financeiras, sede de empresas, escritórios de advocacia, destaca-se na área de comércio e serviços. Seu papel cultural e gastronômico tem sido incentivado, neste sentido são importantes os museus, bibliotecas, cinemas, bares e restaurantes para concentrar público não só nos dias úteis.

As reformas não ficaram restritas ao espaço físico da urbe, uma vez que iniciativas tais como eliminar os cortiços e proibir os quiosques significava também erradicar os hábitos populares que não integravam a rotina da nova divisão social do trabalho. A construção do “novo” em matéria de hábitos, da organização do espaço e da reprodução do capital foi permeada de conflitos e contradições, uma vez que a modernização da cidade constitui-se a partir de um processo de restrição das liberdades civis. Segundo Ciavatta (1985) a imposição de uma ordem capitalista no Brasil articulou a dominação econômica com práticas de modernização do espaço e da cultura.

Além de transformar fisicamente a cidade, num processo de europeização, a reforma também objetivava reconstruir hábitos e costumes; para civilizar e ordenar, desmerecendo a cultura popular. Benchimol (1990) afirma que os objetivos ou “estratégias” subentendidas nas medidas da reforma urbana, eram variadas e estavam relacionadas a razões políticas ou ideológicas, razões sanitárias, fiscais e econômicas, de maneira a inviabilizar, por exemplo, certas práticas em benefício do grande capital. Vale lembrar que as interdições semeadas pelo prefeito convergiram para o considerável aumento de itens da receita municipal (multas, impostos etc); e que independente dos objetivos visados por essas medidas, elas serviram para descarregar parte do ônus da “modernização” sobre a heterogênea plebe carioca.

Pode-se dizer que a cidade se constitui a partir de dois cenários opostos, que demonstram ser complementares, mas nos dois a velha ordem excludente e hierarquizadora que manterá, sob novas formas, a permanência de práticas sociais, estrutura econômica e visões de mundo (BENCHIMOL, 2003, p.41). Euclides da Cunha, sintetiza que nos dois

cenários, estavam-se iludidos por uma civilização de empréstimo, e que a República, se obteve de improviso, como herança inesperada.

5 CONCLUSÃO

Pereira Passos foi um verdadeiro Haussmann tropical, como coloca o historiador Jaime Larry Benchimol. Ele transformou completamente a aparência do centro do Rio de Janeiro. De tal forma que mesmo cem anos depois, sua reforma urbana ainda se destaca. O Rio de Janeiro que emergiu dos escombros da cidade velha e das cinzas da Revolta da Vacina, um grande movimento social, era, sem dúvida, uma cidade nova e diferente, mas não era de fato a “cidade maravilhosa” dos apologistas da reforma, mas caracterizou uma cidade que tentava se adequar as novas exigências e ideais do mundo que se construía.

Segundo Del Brenna (1985) Pereira Passos, foi um instrumento político usado por Rodrigues Alves e pelo Barão do Rio Branco. Escolhido pela sua fama de técnico e pela figura carismática de inflexível realizador foi prudentemente afastado no fim do mandato para ser, mais tarde, consagrado como grande “remodelador” do Rio de Janeiro. A Reforma Pereira Passos é o símbolo da transformação de “fachada”, que sem realizar as mudanças estruturais necessárias acabou reforçando consideravelmente a segregação social (principalmente habitacional) do espaço urbano carioca. Segundo este autor Pereira Passos foi ator protagonista de uma peça escrita e dirigida por outros.

Benchimol afirma que foi a primeira vez na história da cidade que centenas de prédios foram rápida e implacavelmente demolidos, deixando ao desabrigo dezenas de milhares de pessoas – trabalhadores e gente pobre sobretudo, para que surgissem largas e extensas avenidas, ladeadas por prédios suntuosos, formando uma paisagem calcada no ecletismo europeu, com a intenção estabelecer no Rio de Janeiro o aspecto imponente e opulento das metrópoles burguesas do Velho Mundo. Maurício de Abreu, geógrafo, complementa que a Reforma Pereira Passos atendia uma nova exigência no que diz respeito a organização do espaço urbano da capital, como forma de integrar o país no contexto capitalista internacional da época.

A abordagem do texto demonstrou ser eficaz ao discutir como a literatura trata a relação entre a Reforma Pereira Passos e a saúde da população do Rio de Janeiro. Bem como no resgate de parte da história da cidade, a até então capital que foi reconstruída não só nos aspectos físicos, mas nos sanitários e sociais; responsáveis por criar uma área central aos moldes da época, até em padrões culturais . Tais mudanças nos hábitos e costumes populares

foram comentadas, como o cronista Luis Edmundo, que afirmou: “...Contudo, persistimos franceses, pelo espírito, e, mais do que nunca, a diminuir pelo esnobismo tudo que seja nosso. Tudo sem a menor exceção. O que temos não presta: a natureza, o céu, o clima, o amor, o café. Bom, só o que vem de fora. E ótimo, só o que vem da França.” Mas ao se espelhar no dito desenvolvimento e civilidade européia, esqueceu-se que tal modernidade não foi construída em quatro anos.

Ao buscar delinear idéias de alguns estudiosos do tema, verificou-se que no meio acadêmico o tema é bastante discutido, e por tanto rico em bibliografias baseadas em várias áreas de conhecimento. Desde textos com abordagem geográfica, histórica, sanitária e até relacionados com turismo, e a construção da dita “Cidade Maravilhosa”. Fato que configurou uma facilidade ao proporcionar diferentes análises e ao mesmo tempo uma dificuldade, para selecionar as bibliografias importantes para se alcançar os objetivos da pesquisa.

O levantamento de imagens realizado no terceiro capítulo resultou de uma seleção que buscou atender aos objetivos propostos no trabalho, ainda que não tenha sido um levantamento exaustivo, dadas as limitações inerentes de um trabalho de monografia.

Contudo a discussão alcança os objetivos propostos, e demonstra sua pertinência para os propósitos definidos, ou seja, discutir aspectos urbanos e de saúde relativos a uma grande reforma urbana empreendida no início do século XX, utilizando comparações entre o Rio antigo e o atual através de documentos e imagens disponíveis no acervo nacional.

Por fim, ao investigar as intervenções do Plano de Melhoramentos de Pereira Passos e as transformações urbanas e sanitárias ocorridas com esta reforma no Rio de Janeiro no início do século XX. Verificou-se, também a importância de se estudar mais profundamente o papel da mídia da época, principalmente os jornais como veículo importante na disseminação das informações e construção do pensamento popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR. 1998.

ARMELLE, Enders / tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. **História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Grayphus, 2002.

BECKER, Bertha K; BECKER, Cláudio A.G.Egler. A incorporação do Brasil na Economia-Mundo. In: _____. **Brasil: uma potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 5ª ed.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Departamento geral de Documentação e Informação Cultural; 1990. 328 p.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Reforma Urbana e Revolta da Vacina. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república a revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p231-286.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Plano Diretor Participativo**. Brasília: Ministério das Cidades, 2005. 92 p.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 – 1930)**. Rio de Janeiro: DP&A,2002.

CINE ODEON. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com>> Acesso em: 14 nov. 2007.

CONSTRUÇÃO de um ideal de saúde pública. **Revista de Manguinhos**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, n.7, maio 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática. 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Rede Urbana**. São Paulo: Ática. 1989.

COSTA, Nilson do Rosário. **A questão sanitária e a cidade**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984. 44 p.

CRULS, Gastão. Passos e Osvaldo Cruz. In: **Aparência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965. p 624-631.

DANTAS, Marcelo Eduardo. **Evolução histórica do espaço urbano do Rio de Janeiro**. 2007. 96 f. (Notas de aula)

DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). **Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: Index, 1985.

FERREIRA, Fábio. O Rio de Janeiro da Belle Époque. Disponível em: <<http://www.revistatemalivre.com/bellepoque04.html>>. Acesso em: 18 out. 2006.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Habitação e questão social: análise do caso brasileiro. Scripta Nova: **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**. Universidade de Barcelona, v.4, n.194, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-26.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2006

KOK, Glória. **Rio de Janeiro na época da Av. Central**. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

LOPES, Myriam Bahia. **Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana na cidade do Rio de Janeiro – 1890/1920**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual de Campinas. Departamento de História. 1998 (Dissertação de Mestrado). 149 p.

NEVES, Margarida Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MACHADO, Marcello de Barros Tomé. Cartões Postais: A produção do espaço turístico do Rio de Janeiro na modernidade. **Revista Geo-paisagem**, v.1, n.1, jan./jul. 2002. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/Cart%C3%B5es-Postais.htm>>. Acesso em: 18 out.2006.

MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PINHO, Izabela Xantre Fraga de; BEMOLT, Rosana Cunha Barreto; VILLAR, Luciana. **Arquitetura e Memória: a arte na Justiça**. Rio de Janeiro: Centro Cultural da Justiça Federal, 2007.

PINHEIRO, Manoel Carlos; FIALHO JÚNIOR, Renato da Cunha. **Francisco Pereira Passos**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

PORTO do Rio. Disponível em: <http://www.helisight.com.br/Img/Fotos/%5CFoto134h.jpg>. Acesso em: 14 nov. 2007.

RIO estudos: **Planos de governo de Rodrigues Alves / Pereira Passos 1902/ 1906, parte I**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, n.249, 21 mar.2007.

SEVCHENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione.2001.